



1 - Quantas são as mulheres pescadoras cadastradas pela Fundação Renova?

A Fundação Renova informa que, até 31 de agosto de 2020, R\$ 1,8 bilhão foram pagos entre indenização e auxílio financeiro a 11,7 mil pescadores.

Números até 31 de agosto de 2020:

Espírito Santo:

- 6,3 mil pescadores
- Total AFE – R\$ 654,8 milhões
- Total PIM – R\$ 457,2 milhões

Minas Gerais

- 5,4 mil pescadores
- Total AFE – R\$ 557,6 milhões
- Total PIM – R\$ 127,4 milhões

2 - Como as mulheres pescadoras têm sido assistidas?

A Fundação Renova reconhece o trabalho exercido pelas mulheres e não faz qualquer distinção com relação ao trabalho exercido pelos homens. Assim, todas as mulheres que comprovaram que exerciam atividades econômicas e/ou produtivas, interrompidas em razão do rompimento da barragem, acarretando um comprometimento de sua renda da qual eram dependentes, são titulares do recebimento do auxílio financeiro emergencial.

A Fundação Renova trabalha constantemente para reconhecer o direito de cada um dos atingidos e atingidas, de forma a reparar ou compensar os danos que possam ter sofrido, sem que haja qualquer tipo de discriminação, seja pelo gênero, seja por qualquer outra natureza.

3 - A pesquisa “A situação das mulheres atingidas pelo desastre do Rio Doce a partir dos Dados da Ouvidoria da Fundação Renova”, encomendada pelo Ministério Público Federal à Fundação Getúlio Vargas, aponta que vulnerabilidades sociais tendem a ser agravadas em contextos de desastre, e o gênero deve ser colocado não só como ferramenta para compreender os impactos do desastre, mas em posição de protagonismo para construir políticas e programas específicos a este grupo. O que a Fundação Renova tem proposto como medidas para amparar mulheres atingidas?



4 - A pesquisa da FGV, sinaliza: “Entretanto, que os dados apresentados no ofício são pouco transparentes com relação aos percursos percorridos por cada um dos casos de vulnerabilidade. Muito embora o documento informe que foram identificados 479 casos de extrema vulnerabilidade ao longo da Bacia45, é apresentada uma tabela na qual constam somente os encaminhamentos de 270 demandas46. Além disso, os casos que, de fato, receberam encaminhamento pela Fundação Renova foram direcionados a apenas quatro modalidades de ação, sendo elas (i) PIM Danos Gerais; (ii) PIM Danos Água; (iii) Cesta Básica; e (iv) AFE.” (pág, 36). Qual é o posicionamento da Fundação Renova frente à isso?

A Fundação Renova esclarece que pauta seu trabalho pelo respeito aos direitos humanos de todas as pessoas envolvidas no processo da reparação, sem tolerar qualquer tipo de discriminação por origem, raça, cor, gênero, idade, orientação sexual, religião ou opinião política, entre outros, em seus programas, projetos e ações.

Vale destacar que estatísticas de Gênero do IBGE apontam desigualdade histórica entre homens e mulheres no mercado de trabalho do país. Esta realidade também é refletida nos dados extraídos do cadastro realizado pela Fundação Renova ao longo dos 670 quilômetros da bacia do Rio Doce.

A Fundação esclarece ainda que a implantação do TAC Governança, em agosto de 2018, que inclui a participação de atingidos nos processos decisórios, possibilita a ampliação deste debate com a participação social das mulheres, via comissões locais e assessorias técnicas, que foram escolhidas pelas comunidades.

A Fundação reitera o seu compromisso na construção de medidas que contribuam para a promoção do processo de reparação. Por isso, a Renova coloca à disposição sua equipe de diálogo, bem como os canais de relacionamento, na Ouvidoria pelo telefone 0800 721 0717, via e-mail ouvidoria@fundacaorenova.org ou pelo site <https://www.canalconfidencial.com.br/fundacaorenova>.

5 - A Fundação Renova tem programas assistenciais específicos para problemas decorrentes de moradia, saúde e conflitos familiares? Se sim, quais e como trabalham? 7 - A Fundação Renova tem alguma assistência psicológica para as atingidas? Se sim, quantas já foram cadastradas e quantas já foram atendidas?



A assistência às pessoas atingidas foi iniciada imediatamente após o rompimento da barragem de Fundão, tendo como premissa a garantia dos direitos humanos básicos – acesso aos primeiros socorros, apoio e atendimento psicológico aos familiares das vítimas e de pessoas desaparecidas, acesso à informação, à água potável, à moradia e à alimentação adequada. Passado o período emergencial, os esforços das áreas de Saúde e de Proteção Social foram concentrados no apoio às políticas públicas dos municípios.

A Fundação Renova disponibilizou R\$ 27 milhões e 35 veículos para que cidades ao longo da bacia do rio Doce fortaleçam seus serviços públicos de proteção e assistência social. O acordo para o repasse já foi assinado em 9 municípios, que juntos já receberam R\$ 865 mil e seis veículos.

Os recursos serão destinados à ampliação de ações socioassistenciais, socioculturais e apoio psicossocial para 14 mil famílias vulneráveis que residem nas localidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. O repasse permite ainda a contratação de funcionários para as secretarias de assistência social.

Números até julho de 2020:

- R\$ 865 mil é o valor total já repassado
- 6 veículos foram entregues
- 9 municípios assinaram o documento e receberam o repasse de recursos financeiros e veículos.

6 - O Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres recomenda que em relação às mulheres, é necessário: disponibilizar atendimento seguro e humanizado à mulher, ofertar atenção psicossocial especializada e monitorar a notificação de casos de violência, o que não é oferecido segundo a pesquisa. A Fundação Renova estruturou programas assistenciais seguindo estas diretrizes? Se sim, como?

A Fundação Renova esclarece que o tratamento de situações de violência doméstica não faz parte do escopo e competência de sua atuação. Ainda assim, orienta as vítimas a buscar apoio especializado e a informar as autoridades públicas competentes. Em consonância com sua Política de Direitos Humanos, a Fundação Renova não tolera qualquer tipo de discriminação ou forma de violência em suas ações, incluindo, logicamente, a violência contra mulheres.

Quando uma situação de violência intrafamiliar ou doméstica é informada, a Fundação Renova, no processo de indenização dos atingidos, se coloca à



disposição para realizar reuniões no sentido de resguardar os direitos da mulher vítima de violência, evitando situações que possam gerar processos de revitimização, colocando a mulher em risco ou perigo de ocorrência de novas violências.

Em outras frentes, a Fundação Renova também realiza atividades voltadas para o empoderamento feminino, com o objetivo de promover sua participação em pautas de interesse, bem como reconhece o coletivo de mulheres já existentes para fortalecer a economia das comunidades e promover, cada vez mais, a sua decisão na reparação do dano.

8 - O documento expõe, ainda, que algumas atingidas foram desagregadas da categoria pesca relativas à “Cadeia de pesca”, o que implicou em algumas pescadoras serem alocadas como auxiliar de pesca durante o cadastramento. Por que isso aconteceu? O que foi feito para identificá-las como pescadora? As indenizações cobriram também o período do erro de cadastramento?

Desde 2017 o encerramento do programa vem sendo discutido no âmbito da governança – CIF e Câmara Técnica –, que é a esfera de discussão da pauta com os atingidos, mas não houve consenso quanto aos critérios técnicos. Desde novembro de 2019, o assunto está em discussão na 12ª Vara Federal.

Neste ano decisões judiciais referentes a ações coletivas impetradas por Comissão de Atingidos em Baixo Guandu (ES), Naque (MG) e outros municípios, determinaram o encerramento do cadastro nessas localidades no dia 30 de abril. A Fundação Renova vem cumprindo as ordens da Justiça. Nas outras cidades, a solicitação de cadastros segue aberta.

A Fundação Renova ressalta ainda que, de acordo com a cláusula 19 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), o processo de cadastramento deveria permanecer aberto por oito meses, a partir da data da assinatura do acordo (02.03.2016). Contudo, diante dos desafios que se colocaram, o processo permaneceu ativo por mais tempo que o previsto, chegando a mais de quatro anos de execução, desde o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015.

No período emergencial, logo após o rompimento, foram executadas buscas ativas no território para o cadastramento das pessoas impactadas. A Fundação Renova após sua criação, além de incorporar as manifestações do período emergencial, realizou, por seu Cadastro Integrado, diversas campanhas com a disponibilização de vários canais de relacionamento e execução de ações.



Ainda de acordo com o TTAC, cláusula 23, o Cadastro Integrado “serve como referência de dimensionamento e quantificação de todos os programas socioeconômicos”, e não apenas para fins de indenização, voltados para apoiar a implementação de ações de reparação e compensação. Em 31 de julho de 2020, o Cadastro Integrado somava 98,3 mil pessoas.

9 - No que diz respeito à qualidade da água do Rio Doce e dos municípios de São Mateus e Linhares, no ES, qual é a situação?

10 - Há algum laudo que documente as condições das águas destes lugares?

A água do rio Doce pode ser consumida após passar por tratamento convencional em sistemas municipais de abastecimento. É o que indicam os mais de 3 milhões de dados gerados anualmente pelo maior sistema de monitoramento de cursos d'água do Brasil, criado pela Fundação Renova em 2017 para monitorar a bacia do rio Doce, além de zona costeira e estuarina. Todas as informações geradas sobre as condições do rio são compartilhadas com os órgãos públicos que regulam e fiscalizam as águas do Brasil.

A análise de amostras de água e sedimento de diferentes pontos do rio Doce aponta que a turbidez e a presença de metais na água registram médias semelhantes às do início de 2015 e que as condições da bacia são similares às de antes do rompimento da barragem de Fundão. A comparação é possível porque, anteriormente, a qualidade das águas era analisada pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), que iniciou o monitoramento em 1997.

11 - Qual é o posicionamento da Fundação Renova quanto ao “Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH)” que diz haver substâncias tóxicas decorrentes do rompimento da barragem no ar e na água?

O Relatório de Consolidação dos estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH) considera tanto o estudo realizado pela empresa Ambios quanto o estudo realizado pela empresa Tecnohidro, com a intenção de avaliar se há riscos à saúde humana na região estudada como consequência do rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015.

De acordo com o ARSH, feito com base em pesquisas realizadas em áreas rurais de Mariana e Barra Longa e divulgado em dezembro de 2019, não há metais decorrentes da barragem do Fundão que representem risco toxicológico à saúde



humana. O assunto saúde é um dos eixos prioritários em discussão na 12ª Vara Federal, em Belo Horizonte.